

007.4.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018-  
CD 23:32

Publ.: DCD - 2/20/2018 - CHICO ALENCAR-PSOL -RJ  
167

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO  
DISCURSO

### ***Sumário***

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

---

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, restabeleça o meu tempo, por favor. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - V.Exa. tem 3 minutos.

**O SR. CHICO ALENCAR** - Deputadas e Deputados, servidores, todos que ainda acompanham esta sessão, apesar de o tema ser candente e emocional, porque, afinal, mexe com a vida das pessoas, apesar de existir, de fato, um sentimento de pavor, de medo, não só no Rio de Janeiro, mas também em muitos espaços, Estados e cidades deste País, nós não podemos fazer a exploração do medo nem a política do engano.

Eu tenho aqui um texto, que vou pedir que seja considerado como lido, para registro nos Anais da Casa, em que mostro, em primeiro lugar, que esta medida atropelada, sem discussão, sem planejamento, não ajuda, efetivamente, na superação dos nossos graves problemas de insegurança pública. Ela tem o viés publicitário e eleitoral de um governo que estava sem pauta, muito impopular - e continua - e que agora quer jogar com a credibilidade que de fato o Exército tem hoje no Brasil, para que seja um escudo para o Governo Michel Temer.

Quero reiterar o que já foi lembrado aqui por muitos colegas. O Comandante do Exército, o General Eduardo Villas Bôas, avaliando com sinceridade, aqui no Senado, a intervenção militar de 14 meses, ao custo de 600 milhões de reais, nas favelas da Maré, disse: *"Foi um emprego das Forças Armadas desgastante, perigoso e inócuo"*.

Portanto, a ideia da concepção militarizante, que vai na contramão de todas as boas políticas de segurança do mundo, que operam com a modernização, com a investigação, com a tecnologia inteligente, com a prevenção e, sim, em determinados pontos, com a presença ostensiva



e inibidora, é absolutamente falaciosa e equivocada. E muitos militares sabem disso. Eles foram orientados e ainda são para o confronto com o adversário, para aniquilar o inimigo. E não é disso que se trata.

Outro ponto que já abordei aqui: não há crime organizado sem conivência e sem participação do Estado, das forças governamentais, do Legislativo, inclusive na busca por espaços para campanha. No Rio, isso é muito costumeiro. Você negocia com o miliciano e com o tráfico para fazer campanha só, ali naquela área, ou ninguém...

*(Desligamento automático do microfone.)*

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para os Anais da Câmara, estas reflexões sobre o decreto de Temer que intervém na área de segurança do falido Governo Pezão:

#### *Intervenção Enganosa*

*"Esse modelo de emprego é desgastante, perigoso e inócuo" (General Villas Bôas, no Senado, junho de 2017)*

*Sentimento de medo: é compreensível que muitas pessoas apoiem a intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro. Afinal, predomina o sentimento de que "como está não dá mais" e de que "é preciso fazer alguma coisa". O discurso do pavor e as medidas de punitivismo extremado ecoam na população desamparada.*

*Medida eleitoreira: esse "fazer algo forte" não passa pelo que Michel Temer decretou. Sua medida é político-eleitoral e de viés publicitário. As Forças Armadas aceitaram como "missão a ser cumprida" esse paliativo, com seu cenário de teatralidade - que, aliás, já começou com tanques na Dutra e em frente ao Palácio Laranjeiras. O espetáculo visa criar a "sensação de Segurança", que vai embora junto com os blindados. Nada de estrutural, de profundo, de substantivo.*

*Pacto de degenerados: o Rio de Janeiro foi escolhido como laboratório da medida mais extremada por razões que vão além da inegável falência da política de segurança. Tudo ali reverbera muito mais do que em qualquer outro estado com indicadores até mais letais. O investigado Moreira Franco, um dos principais artífices da intervenção, ex-governador que foi eleito em 1986 com a promessa de "acabar com a violência em seis meses" (em seu quadriênio, os homicídios*



*aumentaram 35%), é também o articulador da "renovação" do combalido PMDB no estado, que tem toda sua cúpula presa. Sair da impopular pauta da Previdência e redirecionar o debate nacional para a sensível questão da insegurança, magnificando o discurso do medo, foi uma jogada esperta. E de risco, claro.*

*O governo não readquire imediata credibilidade com isso. As FFAA é que podem perder a que têm. Como escreveu o cidadão Otávio de Queiroz, no Painel do Leitor da FSP (18.2.18), fomos obrigados a ouvir "o discurso sobre o crime organizado e as quadrilhas que tomaram conta do Rio vindo de um presidente investigado exatamente por suspeita de formação de quadrilha e corrupção". Moldura da hipocrisia: o PMDB federal intervindo no PMDB estadual, em acerto de bastidores para que toda a lama do conluio produzida há anos seja esquecida. A mão que rouba é a mesma que se outorga o direito de colocar algemas... O "ataque duro ao crime" é proclamado por investigados hoje blindados que conviveram e se locupletaram com correligionários políticos que estão na cadeia. Pezão, cria de Cabral, não governa mais, devia renunciar. Não tem mais qualquer condição de administrar, e até já se autoimolou. A pergunta: seu parceiro Temer, com sua junta de suspeitos, tem?*

*Sem discussão: além de enganoso, o decreto da intervenção foi mal feito: Temer dispensou a oitiva do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, o que só fez hoje, fingindo discutir os ingredientes depois do prato servido. Nesse simulacro sequer as vagas destinadas a representantes da sociedade civil estavam preenchidas.*

*Cabe ainda indagar qual o papel da PF (dirigida hoje por alguém que age mais como advogado de defesa de Temer), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Poder Judiciário. Foram aos menos consultados sobre a inédita medida, já que especialistas de segurança e representantes da população nem pensar?*

*Sem previsão orçamentária: ninguém sabe quanto custará. O governo da obsessão da "austeridade fiscal" (para os de baixo) não tem ideia dos recursos necessários e de onde virão. Do falido e roubado Rio de Janeiro é que não. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, em tom de ironia, afirma que "o ministro Meirelles deve ter noção de quanto será necessário, e não vai dar cheque sem fundo".*

*Apenas na Maré, a intervenção custou aos cofres públicos de R\$ 400 a 600 milhões, para não alterar em absolutamente nada a situação de domínio de facções criminosas do tráfico armado, que tão logo as patrulhas do Exército saíram voltou aos seus postos de mando, como reconheceu o Comandante Villas Bôas. O governo que bloqueou os investimentos sociais por 20 anos vai liberar recursos... não para as*



*estruturantes áreas sociais, e sim para o equipamento bélico. A manchete do diário popular Meia Hora (sábado, 18.2) é emblemática: "Beleza, o negócio tá feio mesmo. Mas não seria o caso de rolar um apoio de verdade pra educação, saúde, habitação, lazer, cultura e trabalho? Afinal, violência também é fruto de desigualdade social, pobreza, desemprego... Se nada disso mudar, vamos continuar enxugando gelo pelo resto da vida".*

*Essencial mas... revogável: o próprio Temer não parece levar o decreto drástico e inédito tão a sério. Anuncia que vai "suspê-lo" quanto tiver os votos necessários para aprovar as mudanças na Previdência que propagandeia imprescindíveis. Jogo de faz de conta com os sentimentos da população, dos acossados pela violência, dos aposentados assustados com perda de direitos: é como se uma irresponsável equipe médica estivesse em plena cirurgia de complexidade e, súbito, saísse dali para fazer outra coisa, desligando temporariamente os aparelhos.*

*Militares reticentes: em sincera avaliação da presença militar no conjunto de favelas da Maré, o comandante do Exército, general Villas Bôas, em Comissão do Senado, afirmou que "esse modelo de emprego é desgastante, perigoso e inócuo". O próprio general interventor, Braga Netto, lacônico, só declarou que "ainda vai iniciar a etapa de planejamento" e minimizou a situação da violência no Rio: "muita mídia". O novo "governador" militar do RJ sabe que, no trágico ranking dos homicídios no país, o estado agora sob sua responsabilidade ocupa a 12ª posição...*

*Despreparo: a intervenção é questionada por vários comandantes militares, visto que as FFAA não têm preparo para este tipo de atuação. Isso é tão flagrante que as chefias demandaram um inaceitável "foro privilegiado", já garantido em lei, com tribunais militares julgando membros das FFAA que forem acusados de crimes contra civis. Destacou Janio de Freitas na FSP, em 18/2/18: "a intervenção federal no Rio, como está feita, é mais contra o Exército do que contra os delinquentes a serem combatidos. (...) Os ideólogos da intervenção pensaram em política e deixaram o Exército, que tem se mantido exemplar no Estado de Direito, com todo o risco".*

*Já vimos esse filme: há um ciclo vicioso na presença militar: de início, os grupos armados do banditismo recuam, se retraem um pouco para avaliar a nova situação. Isso cria uma sensação de apaziguamento - que o governo, na sua demagogia eleitoreira, espera que dure até outubro. Depois, com a banalização do patrulhamento bélico, e os ataques apenas ao varejo da droga, e não aos grandes traficantes, é retomado o mercado da propina, do "arrego", ainda que com mais*



discrição. Por fim, a intervenção acaba e tudo volta ao que era antes.

*Militarização x modernização: talvez intuitivamente, ou no aprendizado prático, os oficiais tenham percebido o que muitos estudiosos do tema Segurança vêm dizendo há tempos, a partir da realidade brasileira e mundial: "a militarização da Segurança vai no sentido contrário da modernização desejada para o sistema de Justiça Criminal, que compreende polícias, Ministério Público, Judiciário e sistema penitenciário" (Michel Misse, sociólogo, coordenador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ - FSP, 18.2.2018) Sobra sempre para os mais pobres: o governo já anuncia mandados de busca e apreensão coletivos. É o aval para o pé na porta dos moradores das comunidades onde o Poder Público chega sobretudo como repressão. É o estado de exceção nas favelas.*

*Não há balanço do já feito: além da absurda falta de qualquer preparo e planejamento, a intervenção dispensa outro elemento essencial: o balanço das intervenções anteriores, a publicização de seus relatórios de eficiência e efetividade - se é que existem. Desde a Rio-92 as FFAA, sobretudo o Exército, têm sido empregadas na Segurança do RJ. As ações de GLO foram 29, de 2010 até aqui. Absolutamente nada foi avaliado, ao menos que seja do conhecimento da sociedade, a cuja proteção essa presença supostamente se destina.*

*Mais: como disse o jornalista Kennedy Alencar, "não há nada que uma intervenção federal possa fazer que seja diferente do que poderia ser realizado por um gabinete de crise integrado entre o governo federal e o estado do Rio, com trabalho combinado entre polícias, Força Nacional e Forças Armadas". Agora tudo fica nas mãos do Exército, com sua tradição de "guerra ao adversário hostil" e "aniquilação do inimigo".*

*Bandas podres: em novembro do ano passado, o esvaziado Ministro Torquato Jardim fez uma declaração bombástica: "o governo do estado do RJ não combate a corrupção na PM". Foi um Deus nos acuda (e o diabo que nos proteja). Sabe-se que nas forças policiais do estado há uma ala irrecuperável, a chamada "banda podre". O general, no esperado enquadramento da tropa, vai confrontá-la? Sua antípoda será agora o correto policial "durão, que mata sem perdão"? A imprescindível mudança na formação e cultura dos policiais não acontece da noite para o dia, nem obedece ao calendário eleitoral. Também não será obra de um líder único, "homem de aço", em um "sebastianismo salvacionista" que dispensa o concurso de outros órgãos e entidades comprometidas com o humanismo, com uma polícia democrática, de proximidade, comunitária.*

*Crime organizado por dentro do estado: como disse Jaqueline Muniz,*



socióloga e ex-integrante do Instituto de Segurança Pública, em contundente entrevista à Globonews, sábado, 17.8, "não há crime organizado sem chancela, conivência e conveniência de setores do Estado". São esses setores que "se acertam" com os barões da droga, com os milicianos, com todo o chamado "poder paralelo", que de paralelo tem muito pouco. Ele ocupa palácios do Executivo e do Legislativo, busca influir no Judiciário, financia campanhas, voa em helicópteros e jatos com chancela oficial. Isso é sabido, mas poucos falam, para se autoprotoger e não cair na esparrela.

O PCC é uma organização centralizada, "racional", com unidade de comando, que amplia sua atuação nacional. No Rio, as franquias do tráfico de drogas ilícitas e armas são territorializadas, divididas e, portanto, mais frágeis. Quem sairá ganhando depois da nova "guerra" que se anuncia?

Iniciativas jogadas fora: o que o natimorto Plano Integrado de Segurança Pública do RJ e os PNSP dizem a respeito? O que será feito com os resultados de um seminário realizado há 15 dias, na FIRJAN, com as bênçãos do Viva Rio, a participação da PM, do Ministro da Defesa e outras altas autoridades, que nem suspeitavam da intervenção (ou cinicamente a escondiam)? Para que lata do lixo irá o TAC do MPE que cobra, há quase dois anos, junto com a Defensoria Pública, uma reestruturação total das polícias?

Terceirização da segurança: as "alternativas" privatizantes, tipo Lapa Presente ou Aterro Presente, são uma perigosa terceirização da segurança, dever do estado e direito da população. Como são financiadas por empresários, não prestam contas exceto a eles. Campo propício a exorbitâncias.

Propostas de implantação imediata: o não à essa intervenção populista e perigosa, sobretudo para os moradores das comunidades pobres, exige também um sim às alternativas de políticas públicas que governos democráticos e legítimos, comprometidos com o povo, deveriam implementar:

1. Novo modelo de gestão das polícias, com sua reestruturação e unificação, com prioridade para inteligência e prevenção;
2. Melhoria da sua formação, qualificando a investigação criminal e aperfeiçoando a polícia técnica, além da óbvia remuneração decente e paga em dia;
3. Criação de ouvidorias independentes nas polícias, com total transparência, inclusive para a Polícia Federal;



- 4. Metas para o imediato desarmamento, com forte e integrado combate ao contrabando de armas e munições e sua recaptura, desarticulando o tráfico - tarefa inclusive das FFAA, que a tem realizado em condições precárias (em 2017, Exército apreendeu apenas 6 armas nas divisas; no ano anterior, 168. A PF também apreendeu 60,9% menos: 759);*
- 5. Plano progressivo de redução de homicídios, a partir de dados e estudos do ISP e Fórum Brasileiro de Segurança Pública;*
- 6. Constituição de Forças-Tarefa para ações em áreas mais violentas, sempre com a participação do MP e DP;*
- 7. Reformulação total da política prisional, com o início de um programa para penitenciárias menores, com efetiva estratégia de ressocialização pelo estudo e pelo trabalho; e seu desafogo com mutirões das Varas de Execuções Penais (mais de 30% dos internos já devia ter o alvará de soltura e outros tantos ainda aguardam julgamento);*
- 8. Debate nacional por uma nova política de drogas, constatado o fiasco mundial da "guerra", do enfrentamento bélico;*
- 9. Revitalização de programas sociais, culturais e de postos de trabalhos, especialmente junto à juventude mais abandonada e vulnerável.*

Agradeço a atenção.